



LEI Nº1560/2020

De 09 de outubro de 2020.

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2021 e dá outras providências.”

O Povo do Município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, Aprovou, e eu, Márcio Moreira Victor, Prefeito do Município, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Disposições Preliminares

Art.1º São estabelecidas, nesta lei as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III – os critérios e formas de limitação de empenhos;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- VI – as disposições para o Município auxiliar no custeio de despesas de competência de outros entes da federação;
- VII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e serviços extraordinários;
- VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IX – os parâmetros para elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XI – as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- XI – as disposições gerais.

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2021 estão especificadas no Plurianual de 2018 - 2021, e devem observar as seguintes estratégias:

- I – consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- II - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
- III - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;



Art. 10º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de projetos.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 4º Fica autorizado a abertura de créditos suplementares para o exercício de que trata esta Lei no limite percentual de trinta por cento.

Art. 11º As alterações decorrentes da abertura e da reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa, os quais serão modificados independente de nova publicação.

Art. 12º O Poder Executivo poderá mediante decreto específico:

I - transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação;

II - aditar ao orçamento do Município, durante a respectiva execução, as ações não programadas no Orçamento de 2021, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual;

III - incluir ou alterar categoria econômica e grupo de natureza da despesa em ações (projeto, atividade ou operação especial) constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, respeitados os objetivos dos mesmos.

Parágrafo único: A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, do programa de gestão, manutenção e serviço do Município ao novo órgão.

Art. 13º As dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, independentemente de formalização legal específica, desde que no âmbito da mesma unidade orçamentária, do mesmo Programa e mesmo grupo de despesa mantidos inalterados a categoria econômica, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro - CEP 35.365-000

devidamente justificadas, visando atender às necessidades de execução, para transpor recursos entre:

- I - projetos, atividades e operações especiais observadas as normas de acompanhamento e controle da execução orçamentária;
- II - elementos de despesas;
- III - destinação de recursos, quando envolver recursos de contrapartida ou recursos condicionados.

Art. 14º Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto nos arts. 7.º, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964, autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa inicial fixada, créditos suplementares para suprir as dotações que resultarem insuficientes;

II - abrir créditos suplementares, independentemente do limite disposto no inciso I, para suprir as dotações que resultarem insuficientes para as despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais;

III - abrir créditos suplementares, independentemente do limite disposto no inciso I, para suprir as dotações que resultarem insuficientes para o pagamento da dívida, sentenças judiciais e transferências constitucionais aos municípios.

Art. 15º O Poder Executivo fica autorizado a transferir, dentro de cada Programa, o saldo das dotações dos elementos ou subelementos de despesa que o compõe para a correta adequação das contratações públicas, ficando inalteradas as categorias econômicas.

Art. 16º Os recursos de convênio não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 17º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2021 deverão levar em conta a obtenção de um superávit primário.

Parágrafo único: O Poder Executivo tomará as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o caput deste artigo, mediante ajuste do cronograma de desembolso financeiro.

Art. 18º Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias.

Art. 19º As fontes de recurso poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução financeira, justificadamente, por ato do Poder Executivo.

St



Parágrafo único: O Poder Executivo e a autarquia municipal deverão reavaliar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses, de acordo com o disposto no art. 49 desta Lei.

Art. 20º Os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual deverão conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Subseção II

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 21 Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 serão processados mediante os seguintes procedimentos operacional-contábeis:

I - revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual.

II - contingenciamento do saldo da nota de empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada no inciso I deste artigo.

Art. 22 O critério para limitação dos valores financeiros da Câmara Municipal de que trata o § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, levará em consideração as medidas contingenciadoras do Executivo constantes nesta Lei.

Parágrafo único O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2021.

Art. 23 A limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 obedecerão a seguinte hierarquização:

- I - obras estruturantes;
- II - serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III - investimentos.

Parágrafo único: Excluem-se do disposto no caput deste artigo as despesas com:

- I - Obrigações constitucionais ou legais;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Dotações destinadas ao serviço da dívida pública.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro – CEP 35.365-000

Art. 24 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município ou equivalente, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§ 2º Os recursos alocados para fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 25 Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único: Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 26 A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos.

§ 1º Será garantido na lei orçamentária recurso para o pagamento da dívida.

§ 2º O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX da Constituição Federal.

Art. 27 Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2021, as despesas com amortização, juros e de encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Subseção IV
Da Reserva de Contingência



Art. 28 A proposta orçamentária conterà reserva de contingência equivalente a no máximo 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida e não inferior a 1% (um por cento), desdobrada para:

- I - A cobertura de créditos adicionais suplementares;
- II - Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da reserva de que trata o inciso I deste artigo se fará mediante abertura de créditos adicionais.

§ 2º Ocorrendo necessidade de serem atendidos passivos contingentes e outros riscos fiscais, o Executivo providenciará a abertura de créditos adicionais à conta da reserva de que trata o inciso II deste artigo;

§ 3º Na hipótese de não ser necessária, no todo ou em parte, a utilização da reserva de que trata o inciso II deste artigo, poderá os recursos remanescentes ser empregados na abertura de créditos adicionais.

Seção III

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores.

III - tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública nos termos da Lei

Municipal.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

I - declaração de funcionamento regular emitida no exercício de 2020 por autoridade local e competente conforme atividade desempenhada pela entidade;

II - comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;

III - estatuto da entidade devidamente registrado em cartório;

IV - CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

V - certidão negativa de débito conjunta da Receita Federal do Brasil;

VI - certificado de regularidade de situação para com o FGTS;

VII - tratando-se de entidade assistencial, a autoridade competente será o

Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII - Plano de Trabalho do valor da subvenção a ser recebida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro – CEP 35.365-000

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e do Poder Legislativo com a finalidade de fiscalizar a legalidade da concessão e a aplicação dos recursos públicos.

§ 3º As transferências efetuadas na forma deste artigo, deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

§ 4º As transferências de recursos deverão ser precedidas da aprovação do Plano de Trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos o disposto no art. 116 da Lei 8.666/1993, Lei 13.019/2014 e, ainda, deverão cumprir as exigências decorrentes da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município, prestando contas dos destinos das verbas objeto das subvenções.

§ 5º O prazo para a apresentação da prestação de contas anual pelas entidades beneficiadas será estabelecida em Lei específica, devendo as mesmas obedecer as instruções municipais que tratam da comprovação de auxílios, subvenções e contribuições.

§ 6º Compete ao órgão concedente, o acompanhamento da realização do Plano de Trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 7º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 8º Deverá constar dos convênios celebrados com as entidades beneficiárias de subvenções, contribuições ou auxílios, cláusula de reversão de recursos no caso de desvio de finalidade.

§ 9º As transferências para caixas escolares municipais se submetem legislação específica.

Art. 30 Serão concedidos “auxílios e contribuições” para entidades privadas sem fins lucrativos mediante autorização em lei específica ou através de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC.

Parágrafo único: As entidades, para serem contempladas com recursos do Município, deverão prestar atendimento direto e gratuito ao público nas seguintes áreas de atuação:

- I - ensino especial ou educação infantil;
- II - ações de saúde;
- III - ações de cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- IV - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem de execução de programas municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro – CEP 35.365-000

Art. 31 O Poder Executivo Municipal através de Lei específica e mediante convênio poderá conceder auxílio às instituições de ensino de Nível Superior, implantadas no Município, na medida de sua disponibilidade financeira.

Parágrafo único: A cooperação ou auxílio de que trata o caput será concedida apenas as instituições de ensino que se instalarem no Município.

Art. 32 Somente serão destinados recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, que houver comprovação de finalidade para áreas de educação, saúde, habitação, assistência social ou que forem custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS ou do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo único: A pessoa física será beneficiária dos recursos definidos no caput deste artigo se for economicamente hipossuficiente à critério do Poder Legislativo, a ser comprovado na lei específica que autoriza a destinação de recursos.

Art. 33 O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste artigo poderá constar da Lei Orçamentária Anual.

Art. 34 Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a conceder às entidades assistenciais, legalmente constituídas, subvenções e/ou auxílios provenientes de repasses efetuados pelo Governo Federal ou pelo Governo Estadual, tendo por objeto a ação compartilhada visando à transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistência social, previstos no Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e as diretrizes da LOAS, mediante a celebração de convênios.

Art. 35 A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio.

Art. 36 As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Seção IV

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37 É permitida a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações para que o Município contribua com o custeio de despesas de outro Ente da Feder

v

JK



Federação, desde que autorizadas mediante Lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único: A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com art. 116 da Lei 8.666/1993.

Seção V

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Art. 38 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº101/2000.

Parágrafo único: O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o presente artigo.

Art. 39 O disposto no § 1º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único: Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Município;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 40 No exercício financeiro de 2021, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados no artigo 169, da Constituição Federal e respectiva regulamentação.

Art. 41 No exercício financeiro de 2021, observadas as disposições do artigo 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- II - for observado o limite mencionado no artigo anterior.

Art. 42 Os Poderes Executivo e Legislativo para atender o disposto na Lei Complementar 101/200, no referente às despesas com pessoal, criarão mecanismos de correção de desvios, coordenando e reestruturando o Plano de Carreira.



Art. 43 Fica autorizada a destinação de recursos para realização de Concurso Público para os cargos previstos na Lei de Plano de Cargos e Carreira dos servidores Públicos de Abre Campo que não foram preenchidos e para os cargos que foram criados no exercício de 2020 e a serem criados no exercício de 2021.

Subseção I

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 44 Se durante o exercício de 2021 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único: A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção VI

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 45 Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§ 1º Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo providenciará a anulação das despesas em valores equivalentes.

§ 2º A lei mencionada neste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art. 46 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.



Art. 47 A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2021, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização das atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 48 – A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VI – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos reais sobre imóveis;

VII – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Seção VII

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 49 O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, as metas bimestrais de arrecadação, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83
Rua Santo Antonio, 228, Centro - CEP 35.365-000

§1º Para atender o caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, os seguintes demonstrativos:

- I - as metas mensais de arrecadação de receitas de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021.

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 4º O Poder Executivo e a autarquia municipal deverão reavaliar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses em atendimento aos dispostos nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção VIII

Da Definição de Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 50 Para efeito do disposto no art. 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Seção IX

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 51 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 52 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção X

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos



Art. 53 Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2021 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento do cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

§ 1º – Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2021, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2020.

§ 2º - Não se enquadra nos termos do caput deste artigo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Seção XI

Disposições Gerais

Art. 54 O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Art. 55 A elaboração, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual será realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único: - O atendimento do disposto neste artigo abrange a disponibilização dos estudos e diagnósticos utilizados na elaboração do plano plurianual para o período de 2018/2021.

Art. 56 São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único: A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeiros efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 57 Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2020 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro - CEP 35.365-000

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações, até o limite utilizado na forma do caput deste artigo.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço de dívida;
- III - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde.

Art. 58 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 59 Os órgãos e entidades indicarão, até 31 de maio de 2021, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2020, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 60 Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 61 O Poder Executivo, ressalvada a competência do Estado, promoverá programas de apoio, de conscientização e implantação de política de segurança pública.

Art. 62 O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, podendo alocar recursos municipais para oferecer cursos, assessoria, aquisição de equipamentos e etc., desde que seja para melhorar o desempenho arrecadatários municipal.

Art. 63 A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO - MG

CNPJ 18.837.278/0001-83

Rua Santo Antonio, 228, Centro – CEP 35.365-000

estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art. 64 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 65 Em observância ao princípio da economicidade, o Poder Executivo poderá, a seu critério, promover a publicação oficial dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, na internet, na página da Prefeitura Municipal de Abre Campo.

Art. 66 É parte integrante desta Lei, o Anexo I, com os seguintes demonstrativos:

A – Metas Fiscais;

B – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior;

B.1 – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior – Resultado Primário e Nominal;

C – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos 03 exercícios anteriores;

C.1 – Meta Fiscal para o exercício de 2021;

D - Evolução do Patrimônio Líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de Ativos;

D.1 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos com Alienação de Ativos;

E - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;


E.1 - Demonstrativo da Expansão das Despesas de Caráter Continuado dos Três Últimos Ano;

F – Demonstrativo de Riscos Fiscais.

Art. 66 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67 Revogam-se as disposições em contrário

Abre Campo, 09 de outubro de 2020


Márcio Moreira Victor
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
LEI: 1 LDO: 2021

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
	Receita Total	45.871.778,91	42.870.821,41	7,775	142,132	47.076.222,50	42.101.884,81	7,799	138,918	47.891.194,31	40.986.347,33	7,787
Receitas Primárias (I)	45.464.057,92	42.489.773,76	7,706	140,868	46.666.279,32	41.728.103,85	7,730	137,684	47.468.640,03	40.624.716,00	7,718	133,405
Despesa Total	45.871.778,91	42.870.821,41	7,775	142,132	47.076.222,50	42.101.884,81	7,799	138,918	47.891.194,31	40.986.347,33	7,787	134,593
Despesas Primárias (II)	45.128.728,91	42.176.382,16	7,650	139,829	46.317.772,50	41.423.576,89	7,674	136,679	47.125.044,31	40.330.659,15	7,662	132,440
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	335.329,01	313.391,60	0,056	1,039	340.506,82	304.526,96	0,056	1,005	343.595,72	294.056,85	0,056	0,965
Resultado Nominal	3.320.042,45	3.102.843,41	0,563	10,287	3.919.100,40	3.504.986,27	0,649	11,565	4.204.985,66	3.598.720,08	0,684	11,818
Dívida Pública Consolidada	15.499.279,29	14.485.307,75	2,627	48,024	13.484.372,98	12.059.538,51	2,234	39,791	11.461.717,03	9.809.191,90	1,864	32,212
Dívida Consolidada Líquida	8.799.438,42	8.223.774,22	1,492	27,265	4.880.338,02	4.364.654,13	0,809	14,401	675.352,36	577.981,54	0,110	1,898
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município. Emissão: 09/07/2020, às 17:23:37

VARIÁVEIS	2021		2022		2023	
	2021	2022	2022	2023	2023	2023
PIB real (crescimento % anual)	-3,50	1,50	1,50	2,50	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,00	1,00	1,00	4,50	4,50	4,50
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	7,00	603.580.903,13	603.580.903,13	615.024.797,05	615.024.797,05	615.024.797,05
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	589.952.989,08	33.887.886,79	33.887.886,79	35.582.281,13	35.582.281,13	35.582.281,13
Receita Corrente Líquida - RCL	32.274.177,89					

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:	2022	2023
Valor Corrente / 1,0700	Valor Corrente / 1,1181	Valor Corrente / 1,1684

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1.00

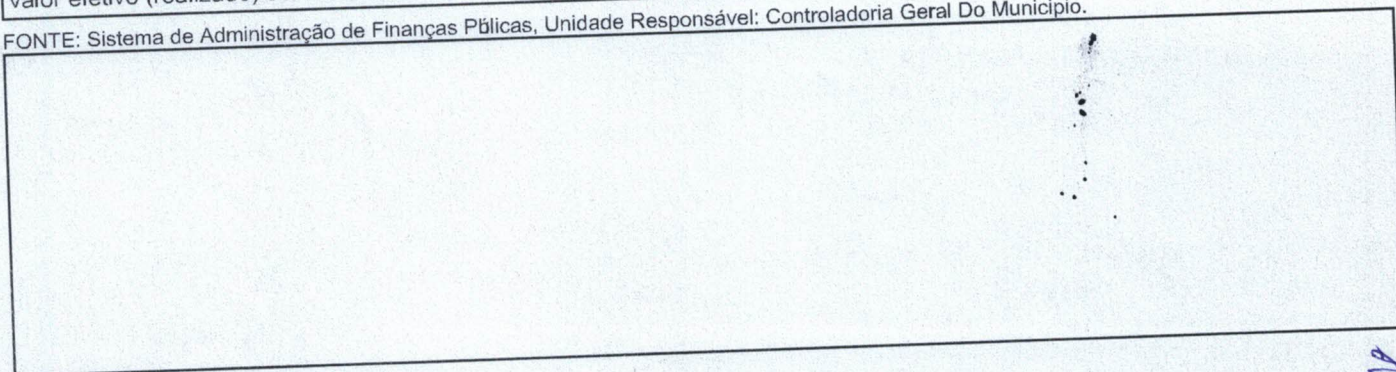
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	41.848.769,10	6,889	125,128	33.995.816,12	5,596	101,648	(7.852.952,98)	-18,765
Receitas Primárias (I)	41.336.769,10	6,805	123,597	33.715.834,19	5,550	100,811	(7.620.934,91)	-18,436
Despesa Total	41.848.769,10	6,889	125,128	33.995.816,12	5,596	101,648	(7.852.952,98)	-18,765
Despesas Primárias (II)	41.377.578,66	6,811	123,719	33.307.058,44	5,483	99,588	(8.070.520,22)	-19,505
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(40.809,56)	-0,006	-0,122	408.775,75	0,067	1,223	449.585,31	-1.101,667
Resultado Nominal	(16.005.788,01)	-2,635	-47,857	461.768,77	0,076	1,381	16.467.556,78	-102,885
Dívida Pública Consolidada	3.411.572,74	0,562	10,201	20.260.495,80	3,335	60,579	16.848.923,06	493,875
Dívida Consolidada Líquida	843.279,01	0,139	2,521	16.849.067,02	2,774	50,379	16.005.788,01	1.898,042

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	607.477.500,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	607.477.500,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.



MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

VALORES A PREÇOS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						%	2023	%	2022	%	2021	%	2020	%	2019	2018	%	2023	%									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023																							
Receita Total	38.054.678,06	41.848.769,10	46.939.580,21	45.871.778,91	47.076.222,50	47.891.194,31	2,63	47.891.194,31	1,73	47.076.222,50	2,63	45.871.778,91	-2,27	46.939.580,21	38,08	41.848.769,10	38.054.678,06	9,97	47.891.194,31	2,63	47.076.222,50	-2,27	45.871.778,91	-2,27	46.939.580,21	38,08	41.848.769,10	38.054.678,06	9,97
Receitas Primárias (I)	37.639.678,06	41.336.769,10	46.112.360,55	45.464.057,92	46.658.279,32	47.468.640,03	2,63	47.468.640,03	1,74	46.658.279,32	2,63	45.464.057,92	-1,41	46.112.360,55	36,77	41.336.769,10	37.639.678,06	9,82	47.468.640,03	2,63	46.658.279,32	-1,41	45.464.057,92	-1,41	46.112.360,55	36,77	41.336.769,10	37.639.678,06	9,82
Despesa Total	38.054.678,06	41.848.769,10	46.939.580,21	45.871.778,91	47.076.222,50	47.891.194,31	2,63	47.891.194,31	1,74	47.076.222,50	2,63	45.871.778,91	-2,27	46.939.580,21	38,08	41.848.769,10	38.054.678,06	9,97	47.891.194,31	2,63	47.076.222,50	-2,27	45.871.778,91	-2,27	46.939.580,21	38,08	41.848.769,10	38.054.678,06	9,97
Despesas Primárias (II)	37.678.459,66	41.377.578,66	46.169.580,21	45.128.728,91	46.317.772,50	47.125.044,31	2,63	47.125.044,31	1,74	46.317.772,50	2,63	45.128.728,91	-2,25	46.169.580,21	38,62	41.377.578,66	37.678.459,66	9,82	47.125.044,31	2,63	46.317.772,50	-2,25	45.128.728,91	-2,25	46.169.580,21	38,62	41.377.578,66	37.678.459,66	9,82
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(38.781,60)	(40.809,56)	(57.219,66)	335.329,01	340.506,82	343.595,72	1,54	343.595,72	0,91	340.506,82	1,54	335.329,01	-686,04	(57.219,66)	40,21	(40.809,56)	(38.781,60)	5,23	343.595,72	1,54	340.506,82	-686,04	335.329,01	-686,04	(57.219,66)	40,21	(40.809,56)	(38.781,60)	5,23
Resultado Nominal	1.358.119,15	(16.005.788,01)	4.729.586,15	3.320.042,45	3.919.100,40	4.204.985,66	18,04	4.204.985,66	7,29	3.919.100,40	18,04	3.320.042,45	-29,80	4.729.586,15	924,23	(16.005.788,01)	1.358.119,15	278,53	4.204.985,66	18,04	3.919.100,40	-29,80	3.320.042,45	-29,80	4.729.586,15	924,23	(16.005.788,01)	1.358.119,15	278,53
Dívida Pública Consolidada	0,00	3.411.572,74	17.221.421,43	15.499.279,29	13.484.372,98	11.461.717,03	-13,00	11.461.717,03	-15,00	13.484.372,98	-13,00	15.499.279,29	-10,00	17.221.421,43	-15,00	3.411.572,74	0,00	0,00	11.461.717,03	-13,00	13.484.372,98	-10,00	15.499.279,29	-10,00	17.221.421,43	-15,00	3.411.572,74	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	2.201.398,16	843.279,01	12.119.480,87	8.799.438,42	4.880.338,02	675.352,36	-44,54	675.352,36	-86,16	4.880.338,02	-44,54	8.799.438,42	-27,39	12.119.480,87	-28,07	843.279,01	2.201.398,16	-61,69	675.352,36	-44,54	4.880.338,02	-27,39	8.799.438,42	-27,39	12.119.480,87	-28,07	843.279,01	2.201.398,16	-61,69

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						%	2023	%	2022	%	2021	%	2020	%	2019	2018	%	2023	%									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023																							
Receita Total	42.352.002,58	44.568.939,09	46.939.580,21	42.870.821,41	42.101.884,81	40.986.347,33	-2,65	40.986.347,33	-2,65	42.101.884,81	-1,79	42.870.821,41	-8,67	46.939.580,21	29,65	44.568.939,09	42.352.002,58	-14,51	40.986.347,33	-2,65	42.101.884,81	-8,67	42.870.821,41	-8,67	46.939.580,21	29,65	44.568.939,09	42.352.002,58	-14,51
Receitas Primárias (I)	41.890.138,71	44.023.659,09	46.112.360,55	42.489.773,76	41.728.103,85	40.624.716,00	-2,64	40.624.716,00	-2,64	41.728.103,85	-1,79	42.489.773,76	-7,86	46.112.360,55	28,42	44.023.659,09	41.890.138,71	-14,28	40.624.716,00	-2,64	41.728.103,85	-1,79	42.489.773,76	-7,86	46.112.360,55	28,42	44.023.659,09	41.890.138,71	-14,28
Despesa Total	42.352.002,58	44.568.939,09	46.939.580,21	42.870.821,41	42.101.884,81	40.986.347,33	-2,65	40.986.347,33	-2,65	42.101.884,81	-1,79	42.870.821,41	-8,67	46.939.580,21	29,65	44.568.939,09	42.352.002,58	-14,51	40.986.347,33	-2,65	42.101.884,81	-1,79	42.870.821,41	-8,67	46.939.580,21	29,65	44.568.939,09	42.352.002,58	-14,51
Despesas Primárias (II)	41.933.299,72	44.067.121,27	46.169.580,21	42.176.382,16	41.423.576,89	40.330.659,15	-2,64	40.330.659,15	-2,64	41.423.576,89	-1,78	42.176.382,16	-8,65	46.169.580,21	30,16	44.067.121,27	41.933.299,72	-15,41	40.330.659,15	-2,64	41.423.576,89	-1,78	42.176.382,16	-8,65	46.169.580,21	30,16	44.067.121,27	41.933.299,72	-15,41
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(43.161,01)	(43.462,18)	(57.219,66)	313.391,60	304.526,96	294.056,85	-3,44	294.056,85	-3,44	304.526,96	-2,83	313.391,60	-647,70	(57.219,66)	31,65	(43.462,18)	(43.161,01)	0,70	294.056,85	-3,44	304.526,96	-2,83	313.391,60	-647,70	(57.219,66)	31,65	(43.462,18)	(43.161,01)	0,70
Resultado Nominal	1.511.484,76	(17.046.164,23)	4.729.586,15	3.102.843,41	3.504.986,27	3.598.720,08	2,67	3.598.720,08	2,67	3.504.986,27	12,96	3.102.843,41	-34,40	4.729.586,15	861,72	(17.046.164,23)	1.511.484,76	-67,46	3.598.720,08	2,67	3.504.986,27	12,96	3.102.843,41	-34,40	4.729.586,15	861,72	(17.046.164,23)	1.511.484,76	-67,46
Dívida Pública Consolidada	0,00	3.633.324,97	17.221.421,43	14.485.307,75	12.059.538,51	9.809.191,90	-18,66	9.809.191,90	-18,66	12.059.538,51	-16,75	14.485.307,75	-15,89	17.221.421,43	-20,19	3.633.324,97	0,00	0,00	9.809.191,90	-18,66	12.059.538,51	-16,75	14.485.307,75	-15,89	17.221.421,43	-20,19	3.633.324,97	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	2.449.991,05	898.092,15	12.119.480,87	8.223.774,22	4.364.654,13	577.981,54	-86,76	577.981,54	-86,76	4.364.654,13	-46,93	8.223.774,22	-32,14	12.119.480,87	-32,46	898.092,15	2.449.991,05	632,42	577.981,54	-86,76	4.364.654,13	-46,93	8.223.774,22	-32,14	12.119.480,87	-32,46	898.092,15	2.449.991,05	632,42

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes		ÍNDICES DE INFLAÇÃO	
2018	2019	2020*	2021*
4,50	4,50	6,50	7,00
		2022	2023
		4,50	4,50

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	1.817.187,60	7,428	1.433.339,33	5,754	1.131.478,07	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	22.648.169,26	92,572	23.477.392,76	94,246	0,00	0,000
Total	24.465.356,86	100%	24.910.732,09	100%	1.131.478,07	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI: 1 LDO: 2021

RS 1,00

AMF - Demonstrativo 5 (Irf, art. 4º, §2º, inciso III)

	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	234.743,71	195.500,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	48.250,00	195.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	186.493,71	0,00
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	45.200,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	45.200,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2019 (g) = ((Ia - IIId) + IIIIb)	2018 (h) = ((Ib - IIe) + IIIIi)	2017 (i) = ((Ic - IIIf)
VALOR (III)	385.043,71	385.043,71	195.500,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2021	2022	2023	
			0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	

Total

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

Handwritten signature

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
LEI: LDO: 2021

RS 1,00

LR, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
ARRECADADORA											
Receitas Correntes	38.054.678,06	38.096.814,82	-75,39	51.343.729,78	721,15	50.121.783,25	-5,78	51.414.309,83	4,80	52.273.323,13	2,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.053.339,30	37.545.738,32	13,59	46.956.729,78	25,07	45.888.153,25	-2,28	47.088.039,83	2,61	47.898.233,13	1,72
* Contribuições	2.607.075,94	3.086.005,83	18,37	2.793.950,00	-9,46	3.164.145,75	13,25	3.246.876,74	2,61	3.310.992,24	1,97
Receita Patrimonial	182.847,40	147.892,21	-19,12	515.599,99	248,63	497.553,99	-3,50	507.865,99	2,07	513.021,99	1,02
Juros e Correções Monetárias	195.665,82	279.981,93	43,09	422.109,83	50,76	407.720,99	-3,41	417.943,18	2,51	422.554,28	1,10
Receita Industrial	193.201,48	277.581,93	43,67	405.109,83	45,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	106.150,00	-3,50	108.350,00	2,07	109.450,00	1,02
Transferências Correntes	1.787.553,98	1.981.515,35	10,85	4.444.470,97	124,30	4.390.694,49	-1,21	4.711.423,91	7,30	5.040.288,62	6,98
Outras Receitas Correntes	28.183.590,63	31.801.262,78	12,84	38.195.798,99	20,11	36.858.946,03	-3,50	37.622.862,01	2,07	38.004.820,00	1,02
Receitas de Capital	96.615,53	249.080,22	157,81	474.800,00	90,62	462.942,00	-2,50	472.718,00	2,11	497.106,00	5,16
Operações de Crédito	5.001.338,76	551.076,50	-88,98	4.387.000,00	696,08	4.233.630,00	-3,50	4.326.270,00	2,19	4.375.090,00	1,13
Alienação de Bens	1.491.614,39	472.776,50	-68,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	48.250,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	94.745,00	-3,32	101.605,00	7,24	107.555,00	5,84
DEDUÇÃO FUNDEB	3.461.474,37	78.300,00	-97,74	4.289.000,00	5.377,65	4.136.885,00	-3,50	4.224.665,00	2,07	4.267.555,00	1,02
Receitas Correntes	(3.824.064,54)	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02
Transferências Correntes	(3.824.064,54)	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02
DEDUÇÃO OUTRAS	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	34.230.613,52	33.995.616,12	-0,69	46.939.560,21	38,07	45.871.778,91	-2,27	47.076.222,50	2,63	47.891.194,31	1,73

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Despesas Correntes	26.259.811,31	31.274.229,00	19,10	38.265.537,05	22,35	37.389.632,36	-2,29	38.377.579,68	2,64	39.051.613,43	1,76	
Pessoal e Encargos Sociais	12.984.863,12	15.116.545,53	16,42	18.290.155,55	20,99	17.941.444,83	-1,91	18.432.383,79	2,74	18.794.116,77	1,96	
Juros e Encargos da Dívida	57.295,46	192.094,54	235,27	200.000,00	4,12	193.000,00	-3,50	197.000,00	2,07	199.000,00	1,02	
Outras Despesas Correntes	13.217.652,73	15.965.588,93	20,79	19.775.381,50	23,86	19.255.187,53	-2,63	19.748.195,89	2,56	20.058.496,66	1,57	
Despesas de Capital	6.233.882,44	2.259.818,35	-63,75	8.174.043,16	261,71	7.999.646,55	-2,13	8.206.142,82	2,58	8.342.090,89	1,66	
Investimentos	5.735.916,74	1.763.155,21	-69,26	7.604.043,16	331,27	7.449.596,55	-2,03	7.644.692,82	2,62	7.774.930,88	1,70	
Amortização da Dívida	497.965,70	496.663,14	-0,26	570.000,00	14,77	550.050,00	-3,50	561.450,00	2,07	567.150,00	1,02	
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	482.500,00	-3,50	492.500,00	2,07	497.500,00	1,02	
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	482.500,00	-3,50	492.500,00	2,07	497.500,00	1,02	
TOTAL DA DESPESA	32.493.693,75	33.534.047,35	3,20	46.939.580,21	39,98	45.871.778,91	-2,27	47.076.222,50	2,63	47.891.194,31	1,73	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

Handwritten signature

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
LEI: 1 LDO: 2021

RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
ARRECADADORA	38.054.678,06	38.096.814,82	-75,39	51.343.729,78	721,15	50.121.783,25	-5,78	51.414.309,83	4,80	52.273.323,13	2,85	
Receitas Correntes	33.053.339,30	37.545.739,32	13,59	46.956.729,78	25,07	45.888.153,25	-2,28	47.088.039,83	2,61	47.898.233,13	1,72	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.607.075,94	3.086.005,83	18,37	2.793.950,00	-9,46	3.164.145,75	13,25	3.246.876,74	2,61	3.310.992,24	1,97	
Contribuições	182.847,40	147.892,21	-19,12	515.599,99	248,63	497.553,99	-3,50	507.865,99	2,07	513.021,99	1,02	
Receita Patrimonial	195.665,82	279.981,93	43,09	422.109,83	50,76	407.720,99	-3,41	417.943,18	2,51	422.554,28	1,10	
Juros e Correções Monetárias	193.201,48	277.581,93	43,67	405.109,83	45,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	106.150,00	-3,50	106.350,00	2,07	109.450,00	1,02	
Receita de Serviços	1.787.553,98	1.981.515,35	10,85	4.444.470,37	124,30	4.390.694,49	-1,21	4.711.423,91	7,30	5.040.288,62	6,98	
Transferências Correntes	28.183.580,63	31.801.262,78	12,84	38.195.798,99	20,11	36.858.946,03	-3,50	37.622.862,01	2,07	38.004.820,00	1,02	
Outras Receitas Correntes	96.615,53	249.080,22	157,81	474.800,00	90,62	462.942,00	-2,50	472.718,00	2,11	497.106,00	5,16	
Receitas de Capital	5.001.338,76	551.076,50	-88,98	4.387.000,00	696,08	4.233.630,00	-3,50	4.326.270,00	2,19	4.375.090,00	1,13	
Operações de Crédito	1.491.614,39	472.776,50	-68,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens	48.250,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	94.745,00	-3,32	101.605,00	7,24	107.535,00	5,84	
Transferências de Capital	3.461.474,37	76.300,00	-97,74	4.289.000,00	5.377,65	4.138.885,00	-3,50	4.224.665,00	2,07	4.267.555,00	1,02	
DEDUÇÃO FUNDEB	(3.824.064,54)	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02	
Receitas Correntes	(3.824.064,54)	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02	
Transferências Correntes	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÃO OUTRAS	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	34.230.613,52	33.995.816,12	-0,69	46.939.580,21	38,07	45.871.778,91	-2,27	47.076.222,50	2,63	47.891.194,31	1,73	
TOTAL DA RECEITA	29.229.274,76	33.444.739,62	14,42	42.552.580,21	27,23	41.638.148,91	-2,15	42.749.952,50	2,67	43.516.104,31	1,79	
RECEITAS CORRENTES (I)	29.229.274,76	33.444.739,62	14,42	42.552.580,21	27,23	41.638.148,91	-2,15	42.749.952,50	2,67	43.516.104,31	1,79	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	5.001.338,76	551.076,50	-88,98	4.387.000,00	696,08	4.233.630,00	-3,50	4.326.270,00	2,19	4.375.090,00	1,13	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.491.614,39	472.776,50	-68,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	48.250,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	94.745,00	-3,32	101.605,00	7,24	107.535,00	5,84	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	3.461.474,37	76.300,00	-97,74	4.289.000,00	5.377,65	4.138.885,00	-3,50	4.224.665,00	2,07	4.267.555,00	1,02	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	32.690.749,13	33.523.039,62	2,55	46.841.580,21	39,73	45.777.033,91	-2,27	46.974.617,50	2,62	47.783.659,31	1,72	
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)												

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI: 1 LDO: 2021

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA				
	2018		2019		2020		2021		2022		2023		
		%		%		%		%		%		%	
Despesas													
Despesas Correntes	26.259.811,31		31.274.229,00	19,10	38.265.537,05	22,35	37.389.632,36	-2,29	38.377.579,68	2,64	39.051.613,43	1,76	
Pessoal e Encargos Sociais	12.984.863,12	16,42	15.116.545,53	16,42	18.290.155,55	20,99	17.941.444,83	-1,91	18.432.383,79	2,74	18.794.116,77	1,96	
Juros e Encargos da Dívida	57.295,46	235,27	192.094,54	235,27	200.000,00	4,12	193.000,00	-3,50	197.000,00	2,07	199.000,00	1,02	
Outras Despesas Correntes	13.217.652,73	20,79	15.965.588,93	20,79	19.775.381,50	23,86	19.255.187,53	-2,63	19.748.195,89	2,56	20.058.496,66	1,57	
Despesas de Capital	6.233.882,44	-63,75	2.259.818,35	-63,75	8.174.043,16	261,71	7.999.646,55	-2,13	8.206.142,82	2,58	8.342.080,88	1,66	
Investimentos	5.735.916,74	-89,26	1.763.155,21	-89,26	7.604.043,16	331,27	7.449.596,55	-2,03	7.644.992,82	2,62	7.774.930,88	1,70	
Amortização da Dívida	497.965,70	-0,26	496.663,14	-0,26	570.000,00	14,77	550.050,00	-3,50	561.450,00	2,07	567.150,00	1,02	
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	482.500,00	-3,50	492.500,00	2,07	497.500,00	1,02	
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	482.500,00	-3,50	492.500,00	2,07	497.500,00	1,02	

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
LEI: 1 LDO: 2021

RS 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA				
	2018		2019		2020		2021		2022		2023		
		%		%		%		%		%		%	
Receitas													
ARRECADADORA													
Receitas Correntes	38.054.678,06	75,39	38.096.814,82	72,15	51.343.729,78	721,15	50.121.783,25	-5,78	51.414.309,83	4,80	52.273.323,13	2,85	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.053.339,30	13,59	37.545.738,32	13,59	46.956.729,78	25,07	45.888.153,25	-2,28	47.088.039,83	2,61	47.898.233,13	1,72	
Contribuições	2.607.075,94	18,37	3.086.005,83	18,37	2.793.950,00	-9,46	3.164.145,75	13,25	3.246.876,74	2,61	3.310.992,24	1,97	
Receita Patrimonial	182.847,40	-19,12	147.892,21	-19,12	515.598,99	248,63	497.553,99	-3,50	507.865,99	2,07	513.021,99	1,02	
Juros e Correções Monetárias	195.665,82	43,09	279.981,93	43,09	422.109,83	50,76	407.720,99	-3,41	417.943,18	2,51	422.554,28	1,10	
Receita Industrial	193.201,48	43,67	277.581,93	43,67	405.109,83	45,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	106.150,00	-3,50	108.350,00	2,07	109.450,00	1,02	
Transferências Correntes	1.787.553,98	10,85	1.981.515,35	10,85	4.444.470,97	124,30	4.390.694,49	-1,21	4.711.423,91	7,30	5.040.288,62	6,98	
Outras Receitas Correntes	28.183.580,63	12,84	31.801.262,78	12,84	38.195.798,99	20,11	36.858.946,03	-3,50	37.622.862,01	2,07	38.004.820,00	1,02	
Receitas de Capital	96.615,53	157,81	249.080,22	157,81	474.800,00	90,62	462.942,00	-2,50	472.718,00	2,11	497.106,00	5,16	
Operações de Crédito	5.001.338,76	-88,98	551.076,50	-88,98	4.387.000,00	696,08	4.233.630,00	-3,50	4.326.270,00	2,19	4.375.090,00	1,13	
Alienação de Bens	1.491.614,39	-68,30	472.776,50	-68,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Capital	48.250,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	94.745,00	-3,32	101.605,00	7,24	107.535,00	5,84	
DEDUÇÃO FUNDEB	3.461.474,37	-97,74	78.300,00	-97,74	4.289.000,00	5.377,65	4.138.865,00	-3,50	4.224.665,00	2,07	4.267.555,00	1,02	
Receitas Correntes	(3.824.064,54)	7,24	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02	
Transferências Correntes	(3.824.064,54)	7,24	(4.100.994,39)	7,24	(4.404.149,57)	7,39	(4.250.004,34)	-3,50	(4.338.087,33)	2,07	(4.382.128,82)	1,02	
DEDUÇÃO OUTRAS	0,00	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes	0,00	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	0,00	0,00	(4,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Handwritten signature

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
LEI: 1. LDO: 2021

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2018	2019	2020	2021	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Resumo												
TOTAL DA DESPESA	32.493.693,75	33.534.047,35	46.939.580,21	45.871.778,91	46.939.580,21	39,98	47.076.222,50	47.891.194,31	2,63	47.076.222,50	2,63	47.891.194,31
DESPESAS CORRENTES (X)	26.259.811,31	31.274.229,00	36.265.537,05	37.388.632,36	36.265.537,05	22,35	38.377.579,68	39.051.613,43	2,64	38.377.579,68	2,64	39.051.613,43
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	57.295,46	192.094,54	200.000,00	193.000,00	200.000,00	4,12	197.000,00	199.000,00	2,07	197.000,00	2,07	199.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	26.202.515,85	31.082.134,46	38.065.537,05	37.196.632,36	38.065.537,05	22,47	38.180.579,68	38.852.613,43	2,65	38.180.579,68	2,65	38.852.613,43
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	6.233.882,44	2.259.819,35	8.174.043,16	7.999.646,55	8.174.043,16	261,71	8.206.142,82	8.342.080,88	2,58	8.206.142,82	2,58	8.342.080,88
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	497.965,70	496.663,14	570.000,00	550.050,00	570.000,00	14,77	561.450,00	567.150,00	2,07	561.450,00	2,07	567.150,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	5.735.916,74	1.763.155,21	7.604.043,16	7.449.596,55	7.604.043,16	331,27	7.644.692,82	7.774.930,88	2,62	7.644.692,82	2,62	7.774.930,88
DESPESAS DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	500.000,00	482.500,00	500.000,00	0,00	492.500,00	497.500,00	2,07	492.500,00	2,07	497.500,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	31.938.432,59	32.845.289,67	46.169.580,21	45.128.728,91	46.169.580,21	40,57	46.317.772,50	47.125.044,31	2,63	46.317.772,50	2,63	47.125.044,31
TOTAL DA RECEITA	34.230.613,52	33.444.739,62	42.552.580,21	41.638.148,91	42.552.580,21	38,07	42.749.952,50	43.516.104,31	2,67	42.749.952,50	2,67	43.516.104,31
RECEITAS CORRENTES (I)	29.229.274,76	29.229.274,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I + II)	29.229.274,76	29.229.274,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	5.001.338,76	551.076,50	4.387.000,00	4.138.885,00	4.387.000,00	696,08	4.326.270,00	4.375.090,00	2,19	4.326.270,00	2,19	4.375.090,00
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	1.491.614,39	472.776,50	0,00	94.745,00	0,00	0,00	101.605,00	107.535,00	7,24	101.605,00	7,24	107.535,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	48.250,00	0,00	98.000,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	3.461.474,37	76.300,00	4.289.000,00	4.138.885,00	4.289.000,00	5.377,65	4.224.665,00	4.267.555,00	2,07	4.224.665,00	2,07	4.267.555,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	32.690.749,13	33.523.039,62	46.841.580,21	45.777.033,91	46.841.580,21	39,73	46.974.617,50	47.783.659,31	2,62	46.974.617,50	2,62	47.783.659,31
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	752.316,54	677.749,95	672.000,00	648.305,00	672.000,00	-0,85	656.845,00	658.615,00	1,32	656.845,00	1,32	658.615,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL

LEI: 1 LDO: 2021

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Art. 4º, §2º, inciso II da LRF					
	2018 (b)	2019 (c)	2020 (d)	2021 (e)	2022 (f)	2023 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)						
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	3.411.572,74	20.260.495,80	17.221.421,43	15.499.279,29	13.484.372,98	11.461.717,03
Haveres Financeiros	2.568.293,73	3.411.428,78	5.101.940,56	6.699.840,87	8.604.034,96	10.786.364,67
	5.806.273,79	7.332.502,13	8.432.377,45	9.697.234,07	11.151.819,18	12.824.592,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Restos a Pagar	3.237.980,06	3.921.073,35	3.330.436,89	2.997.393,20	2.547.784,22	2.038.227,38
(-) Restos a Pagar	843.279,01	16.849.067,02	12.119.480,87	8.799.438,42	4.880.338,02	675.352,36
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	843.279,01	16.849.067,02	12.119.480,87	8.799.438,42	4.880.338,02	675.352,36
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)						
Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	1.358.119,15	-16.005.788,01	4.729.586,15	3.320.042,45	3.919.100,40	4.204.985,66

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2017 (R\$ 2.201.398,16)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

LEI: 1 LDO: 2021

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)							
Dívida Mobiliária	0,00	3.411.572,74	20.260.495,80	17.221.421,43	15.499.279,29	13.484.372,98	11.461.717,03
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)							
Ativo Disponível	-2.201.398,16	3.411.572,74	20.260.495,80	17.221.421,43	15.499.279,29	13.484.372,98	11.461.717,03
Haveres Financeiros	3.099.776,82	2.568.293,73	3.411.428,78	5.101.940,56	6.689.840,87	8.604.034,96	10.786.364,67
(-) Restos a Pagar	5.301.174,98	5.806.273,79	7.332.502,13	8.432.377,45	9.697.234,07	11.151.819,18	12.824.592,05
		3.237.980,06	3.921.073,35	3.330.436,89	2.997.393,20	2.547.784,22	2.038.227,38
Dívida Consolidada Líquida	2.201.398,16	843.279,01	16.848.067,02	12.119.480,87	8.799.438,42	4.880.338,02	675.352,36

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município.